A chave privada na insolvência: o único fato que importa

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Exemplo

Uma exchange de Singapura com uma subsidiária suíça quebra em 2026. A subsidiária suíça operava a custódia para clientes europeus em um modelo ômnibus, com as chaves das cold wallets distribuídas em frações de MPC detidas por dois administradores (directors) suíços e uma terceira fração detida pela equipe de segurança da controladora de Singapura. O gestor judicial da controladora singapuriana sustenta que todos os criptoativos do grupo pertencem à massa de Singapura. A administração da falência suíça sustenta que os clientes da subsidiária suíça têm direito à restituição nos termos do art. 242a da Lei federal de execução e falência (SchKG/DEBA). Quem tem razão depende, em primeiro lugar, de os registros suíços serem prontamente atribuíveis e, em segundo lugar, de a subsidiária suíça "manter" os ativos, o que, por sua vez, depende de as duas frações dos administradores suíços poderem assinar sem a fração de Singapura. Se podiam, a entidade suíça mantinha os ativos e aplica-se o art. 242a. Se a fração de Singapura era necessária, os ativos podem ser considerados mantidos em conjunto, e os dois

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

administradores da insolvência terão de acordar um protocolo de restituição ou litigar a questão nos dois tribunais, segundo as regras de insolvência transfronteiriça descritas na Parte H, Capítulo VII, e na Parte N, Capítulo IV.

O exemplo mostra por que este livro volta sempre à configuração das chaves. Toda questão substantiva sobre custódia, licenciamento e insolvência pode ser reduzida a três perguntas: qual combinação de pessoas pode assinar, qual combinação pode alterar a configuração e o que o contrato escrito diz sobre ambas. O advogado que sabe responder a essas três perguntas para qualquer arranjo de custódia pode assessorar sobre ele em qualquer um dos dois centros.

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com